

## PROVA DISCURSIVA

- Em cada parte da prova discursiva — 1.ª, 2.ª e 3.ª Partes, cada uma delas valendo **seis, três e um** pontos, respectivamente —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as **FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Obedeça aos limites de extensão determinados. Na PRIMEIRA PARTE da prova discursiva, qualquer texto com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas será apenado e qualquer fragmento de texto além da máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado. Nas SEGUNDA E TERCEIRA PARTES, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas, em cada parte, será desconsiderado.
- Será desconsiderado o texto que não for escrito nas páginas de **TEXTO DEFINITIVO** correspondentes. Desse modo, texto definitivo correspondente à 1.ª Parte, mas escrito em página correspondente à 2.ª ou 3.ª Parte, texto correspondente à 2.ª Parte, mas escrito em página correspondente à 1.ª ou 3.ª Parte, e texto correspondente à 3.ª Parte, mas escrito em página correspondente à 1.ª ou 2.ª Parte, não serão avaliados.

**ATENÇÃO!** Nas **folhas de textos definitivos da prova discursiva**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer marca identificadora fora do local apropriado.

### PRIMEIRA PARTE — PARECER

A empresa Dinamismo S.A. firmou com a empresa Arrendamento Mercantil S.A. um contrato de *leasing* financeiro em que se previa a cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG), sobre o qual incidiam juros de 20% ao ano e juros capitalizados. Posteriormente, quando já havia pago 75% das prestações, a empresa Dinamismo S.A., sentindo-se prejudicada com os termos do contrato, parou de efetuar o pagamento e pleiteou judicialmente a anulação do contrato. A empresa Arrendamento Mercantil S.A., por sua vez, diante do inadimplemento de mais de três prestações, interpôs ação de reintegração de posse para haver a restituição do bem, pleiteando a perda das quantias pagas pela arrendatária, por não cumprimento do contrato.

Diante da situação hipotética apresentada acima, redija um parecer a respeito da questão, explicando fundamentadamente o seu ponto de vista, quando for o caso, e abordando especialmente os seguintes aspectos:

- ▶ se a cobrança antecipada do VRG descaracteriza o *leasing*;
- ▶ a hipótese de juros de 20% ao ano e capitalizados no contrato em questão;
- ▶ o direito do arrendatário à restituição de todas as parcelas pagas ou das parcelas pagas a título de antecipação do VRG, em dobro, aplicando-se o Código de Defesa do Consumidor;
- ▶ na hipótese de serem pagas todas as prestações pelo arrendatário, se este ainda conserva as opções previstas para o término do contrato, e quais são elas;
- ▶ a hipótese da reintegração de posse proposta pela arrendante;
- ▶ se a empresa arrendatária fosse a PETROBRAS, qual o juízo competente para processar e julgar as ações que versam sobre o contrato em questão.

# RASCUNHO – 1.ª PARTE

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

# RASCUNHO – 1.ª PARTE

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

## SEGUNDA PARTE — QUESTÃO DISSERTATIVA

A Refinaria de Petróleo Óleo S.A., situada em Cabo Frio – RJ, planeja construir e operar oleoduto (sistema constituído de tubulações e estações de bombeamento, destinado a conduzir petróleo ou seus derivados líquidos a grandes distâncias) para o transporte de óleo bruto para a refinaria e de óleo refinado da refinaria para indústrias de siderurgia de Minas Gerais.

O referido oleoduto irá percorrer dois estados-membros da Federação (Rio de Janeiro e Minas Gerais) em propriedades que pertencem à própria refinaria de petróleo. Passará, também, tangenciando um parque nacional situado na Serra do Mar.

Inicialmente, o conselho administrativo da companhia entendeu que seria necessária a contratação de uma firma de consultoria ambiental para a elaboração do EIA/RIMA. Entretanto, o colegiado, impressionado com os custos de tal projeto e entendendo que o oleoduto não afetaria, sensivelmente, a região percorrida por se localizar no subsolo, cancelou o EIA/RIMA e solicitou diretamente licença prévia para o órgão competente do estado do Rio de Janeiro para o início da construção do oleoduto.

Em face da demora na liberação da obra e da série de exigências determinadas, entre as quais a elaboração de um EIA/RIMA, a refinaria de petróleo entrou na justiça estadual com mandado de segurança que exigia a concessão da licença prévia, sob a alegação de obstrução ao livre exercício das atividades econômicas previsto no art. 170 da Constituição da República.

Fundamentado nos dispositivos legais pertinentes à matéria ambiental e constitucional da situação hipotética acima apresentada, redija um texto dissertativo que aborde, da forma mais completa possível, os seguintes aspectos:

- ▶ elaboração de EIA/RIMA para a construção de um oleoduto, perante a legislação ambiental federal;
- ▶ obtenção de licença de outros entes federativos além da requerida ao estado do Rio de Janeiro;
- ▶ concessão de liminar pelo juiz da segurança exigida pela empresa e autorização da construção do oleoduto com base na argumentação de obstrução ao livre exercício das atividades econômicas;
- ▶ autorização do início da construção e do funcionamento do oleoduto respaldada na eventual concessão da licença prévia.

# RASCUNHO – 2.ª PARTE

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Understanding Incoterms

Incoterms are standard trade definitions most commonly used in international sales contracts. Devised and published by the International Chamber of Commerce (ICC), they are at the heart of world trade. Among the best known Incoterms are EXW (Ex works), FOB (Free on Board), CIF (Cost, Insurance and Freight), DDU (Delivered Duty Unpaid), and CPT (Carriage Paid To).

ICC introduced the first version of Incoterms — short for “International Commercial Terms” — in 1936. Since then, ICC expert lawyers and trade practitioners have updated them six times to keep pace with the development of international trade.

Most contracts made after 1<sup>st</sup> January 2000 will refer to the latest edition of Incoterms, which came into force on that date. The correct reference is to “Incoterms 2000”. Unless the parties decide otherwise, earlier versions of Incoterms — like Incoterms 1990 — are still binding if incorporated in contracts that are unfulfilled and date from before 1<sup>st</sup> January 2000. Versions of Incoterms preceding the 2000 edition may still be incorporated into future contracts if the parties so agree. However, this is not recommended because the latest version is designed to bring Incoterms into line with the latest developments in commercial practice.

The English text is the original and official version of Incoterms 2000, which have been endorsed by the United Nations Commission on International Trade Law (UNCITRAL). Authorized translations into 31 languages are available from ICC national committees.

Correct use of Incoterms goes a long way to providing the legal certainty upon which mutual confidence between business partners must be based. To be sure of using them correctly, trade practitioners need to consult the full ICC texts, and to beware of the many unauthorized summaries and approximate versions that abound on the web.

As the guardian and originator of Incoterms, ICC has a responsibility to consult regularly all parties interested in international trade to keep Incoterms relevant, efficient and up-to-date. This is a long and costly process for ICC, which is a non-governmental, self-financed organization. The work is financed out of sales of Incoterms 2000 and related publications, which are protected by copyright.

Internet: <<http://www.iccwbo.org/incoterms/understanding.asp>> (with adaptations).

Com base no texto acima, redija um texto em Língua Portuguesa que aborde necessariamente os seguintes aspectos:

- ▶ o conceito de “Incoterms”;
- ▶ alguns dos “Incoterms” mais conhecidos;
- ▶ a relevância da correta utilização dos “Incoterms” nos contratos internacionais;
- ▶ o papel da ICC com relação aos “Incoterms”.

# RASCUNHO – 3.ª PARTE

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	